

PROBLEMAS E ABORDAGENS PARA UM ESTUDO DE HISTÓRIA DO PODER POLÍTICO NO SERTÃO COLONIAL (SÉCULO XVIII)

Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes¹

1 Introdução:

Nosso estudo de doutorado, ora em andamento, propõe uma análise do universo político-cultural sertanejo consubstanciado pelas práticas do mando e dos atos ilícitos na Paraíba setecentista. Destacaremos assim, como especificidades desse objetivo geral, o mandonismo local e suas reações e conexões com as estruturas de poder regionais ou centrais, as manifestações da criminalidade na sociedade em questão e a natureza dos constantes conflitos e complementaridades entre a justiça oficial e a justiça costumeira.

O trabalho que ora apresentamos é resultado de reflexões ainda em andamento acerca das possibilidades de norteamento teórico da pesquisa. Para tanto, lançamos mão de uma discussão que enfatiza o dialogo entre a história do poder político e a teoria social. Procuramos traçar um panorama da trajetória dos estudos no campo da antropologia da política com o objetivo de mostrarmos os pontos de aproximação, a partir da década de 1970, com a história do poder político. Esta aproximação, por sua vez, deu origem a uma renovação no campo dos estudos do poder político na história e que teve igualmente, pontos de intersecção – tanto no plano conceitual quanto acerca das abordagens propostas – com a história social e cultural. Assim, para discutir a temática da pluralidade política e jurídica, característica marcante das sociedades do Antigo Regime, torna-se necessário igualmente refletir sobre as contribuições no campo da teoria social que dêem suporte teórico-conceitual para a análise das relações entre poder político (formal e informal) e a criminalidade ou desvios de conduta na América portuguesa, objeto central de nossa proposta de tese.

Tomando por base essa abordagem temática, faz-se necessária sólida base teórica que enfoque a pelo menos dois conjuntos de problemas centrais: a natureza do poder político, e; as relações entre a lei (direito) e a sociedade. Situando nossa pesquisa no campo amplo da história do poder político, torna-se importante proceder a uma discussão que destaque a importância da teoria social para este campo de estudos, que

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-Mail: profpaulohenrique@gmail.com.

tem como um de seus objetivos privilegiados entender como os atores sociais compreendem e vivenciam o poder político num dado contexto. Em outras palavras, trata-se de perceber como eles interagem e se influenciam reciprocamente por meio de complexas e dinâmicas relações.

2 História e teoria social: propostas para um estudo do poder político na América portuguesa:

Nosso objetivo central neste trabalho centra-se na análise do sistema de poder político enquanto objeto recortado – mas de modo algum dissociado – de outros sistemas de poder (econômico, simbólico, dentre outros). Ressaltamos, contudo, a importância de levar em conta a heterogeneidade de uma sociedade, tal como a sertaneja no século XVIII, formada por redes com múltiplas percepções e aspirações. Desta forma, os fenômenos políticos não podem ser vistos como um dado *à priori*. Noutro sentido, o poder político deve ser investigado a partir dos comportamentos sociais, das práticas em contextos particulares que por sua vez são – pelo menos em algumas de suas características – passíveis de generalizações.

Assim, foi principalmente a antropologia da política que se configurou, nas últimas décadas, como uma interlocutora importante da história, principalmente em abordagens que privilegiam as dimensões simbólicas do poder político². Contudo, este encontro tardio não reflete de modo algum o antigo interesse pela política em ambas as áreas de conhecimento³. Ainda assim, é imprescindível para o historiador do poder político entender a trajetória recente que levou a esta aproximação em novos moldes.

Conforme explica Karina Kuschnir, o termo antropologia da política (ou antropologia política como é mais conhecido entre os historiadores) foi consagrado a partir de 1959 em razão de um trabalho produzido por David Easton, que elaborou uma síntese bibliográfica sobre o tema. A autora explica que Easton, nesta obra, cobrou de forma pioneira, uma autonomia temática no âmbito da antropologia em relação às práticas e instituições políticas.

² KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007. p. 19.

³ *Ibid.* É bem conhecido o interesse do evolucionismo do século XIX pela política no sentido de demonstrar as etapas que levavam da “horda primitiva” ao Estado moderno, embora não existisse neste contexto um campo específico para a política na antropologia. Foi somente no início do século XX, principalmente com o funcionalismo britânico, que este campo específico surgiu enfocando principalmente os temas da hierarquia, parentesco e coesão social – p. 11.

Criticando Easton pela ausência de uma visão “relacional” em seus estudos, o antropólogo Raddiffie-Brown entendia os estudos dos sistemas políticos como um meio para entender as instituições sociais. Pouco depois, sob influência do estruturalismo e da pesquisa etnográfica, os estudos no campo da antropologia da política foram sendo dissociados dos modelos das sociedades ocidentais contemporâneas, o que ajudou sobremaneira a combater visões etnocêntricas que entendiam a política como instância necessariamente ligada ao Estado⁴. Sobre este aspecto, aliás, é importante lembrar as contribuições de E. E. Evans-Pritchard, que combateu as visões etnocêntricas dissociando a compreensão dos fenômenos políticos dos modelos das sociedades ocidentais. Estudando o sistema político entre os Nuer (povo que vive na África central), o autor demonstra como o problema do parentesco era a chave para o entendimento daquela forma de organização política.

Também na linha de frente do combate as visões etnocêntricas acerca da política, situava-se o antropólogo francês Pierre Clastres, que destacou em seus trabalhos a natureza do poder político nas sociedades indivisas, ao passo que rejeitava o evolucionismo político e a hierarquização de valores no campo político⁵. Para Clastres, em qualquer sociedade “o social é o político, o político é o exercício do poder”⁶. Talvez tenha sido este, o autor que elaborou, no campo antropológico, a relativização mais radical da noção de política demonstrando a universalização e autonomia do poder numa perspectiva claramente anti-economicista.

Outro antropólogo da política de bastante destaque neste debate foi Edmund Leach. O pensamento do autor foi especialmente importante para história, na medida em que criticou duramente a ideia de “sociedade em equilíbrio contínuo”, de Evans-Pritchard, apontando desta forma para as necessárias interações entre estrutura e evento. Neste sentido, Leach demonstra em seus trabalhos, a contrapelo do estruturalismo clássico então em evidência, que as sociedades, do ponto de vista do poder político, estão em permanente mudança e que o estudo dos processos históricos seria o melhor caminho para apreender uma realidade a partir da análise dos mecanismos de integração

⁴ *Ibid.*, p. 12-13.

⁵ CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. Ver também do mesmo autor: **Arqueologia da violência**: pesquisa de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

⁶ CLASTRES, 2004. *Op. cit.*, p. 146.

e conflito que, segundo o autor, caracterizam todas as sociedades do ponto de vista político⁷.

Feito este rápido percurso, poderíamos afirmar que a trajetória da antropologia da política pode ser genericamente dividida em dois grandes momentos. No primeiro deles, até as décadas de 1950-60, a ênfase dos estudos recaiu sobre os elementos de coesão e equilíbrio social no universo político (trata-se de uma herança claramente durkheimiana). A partir das décadas de 1970 -1980 por outro lado, houve maior interesse sobre as diferentes formas de relações de poder, não só no espaço, como também no tempo. Assim, neste último caso, evidenciaram-se as transformações sociais, representações e práticas ampliando-se o conceito de política com o estudo do poder político nas sociedades indivisas, de baixa institucionalidade ou mesmo relacionando os fenômenos políticos aos valores morais. Um trabalho pioneiro e de referência nesta perspectiva, e de grande inspiração teórica para nosso estudo, é a obra “Sociedade de Esquina”, de Willian Foote Whyte (publicado em 1943), no qual se relacionou política e o mundo do crime, destacando as redes de obrigações mútuas (lealdades) e trocas de favores como base das relações⁸.

Segundo Karina Kuschnir, as décadas de 1960-70 representaram um contexto de grande efervescência da temática política na antropologia, a partir da cristalização da ideia de que as relações de poder são intrínsecas as relações sociais. Neste período, alguns nomes de destaque neste campo de estudos foram F. Mc Glynn, A. Tuden, Joan Vicent e Victor Turner. Este último, por exemplo, é tido como criador do método de análise conhecido como “dramas sociais”, no qual são analisados episódios em que irrompem tensões e conflitos inerentes a uma realidade social. Para nosso trabalho, é importante destacar a ênfase dos trabalhos do autor na permanente oscilação entre ordem e mudança, equilíbrio e desequilíbrio, estrutura e anti-estrutura.

Em se tratando de história, é importante destacar que as relações entre poder político e criminalidade no sertão da Paraíba setecentista ensejam problemas que, do ponto de vista teórico, tem sua origem na história do poder político, bem como na história social. Começando pelo primeiro campo, é importante lembrar este aspecto uma vez que, tradicionalmente, o conceito de poder tem sido usado na historiografia,

⁷ KUSCHNIR. *Op. cit.*, p. 13.

⁸ WHYTE, Willian Foote. **Sociedade de esquina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

incorretamente, como sinônimo de política. Noutra sentida, a historiografia do político nas últimas décadas tem redimensionando tal enfoque na medida em que o Estado e suas instâncias administrativas deixaram de ser o principal – e em alguns casos o único – foco de atenção das análises. Dito isso, ressaltamos os fortes vínculos de nossa pesquisa com este campo historiográfico, em razão de nossa preocupação em revelar a heterogeneidade das manifestações do poder no contexto em questão. Trata-se do poder político visto como objeto de investigação, enquanto estratégia social corporificada nas práticas, comportamentos e normas de conduta que variam em sua natureza, de acordo com diferentes espaços e temporalidades.

São por demais conhecidas, entre os historiadores, as críticas direcionadas a uma historiografia tradicional, que cristalizou a política como única forma de poder, elegendo-a ainda como objeto privilegiado. Presente desde a historiografia grega clássica, este tipo de história tornou-se majoritária até o início do século XX, momento em que começou a ser duramente criticada pela sua ênfase nos eventos protagonizados por “grandes homens”. Tratava-se de uma orientação política da história, enfocando assuntos dos interesses dos Estados ou dinastias de maneira excessivamente descritiva. A este respeito cabe lembrar que o advento da corrente historiográfica denominada de Romantismo, no século XIX, veio a reforçar os valores dessa história política, na medida em que erigiu o Estado-nação como temática principal e a narrativa (factual, cronológica, linear) como modelo. Sobre isso, trata Francisco Falcon, quando resalta o fato de esta escola historiográfica ter ficado refém de uma visão institucionalizada do poder⁹. Segundo o autor, foi o historicismo no início do século XX, em vários países, que principiou alguma crítica a chamada “história tradicional” sem, contudo, conseguir romper com ela. O início da ruptura ocorreu, sobretudo, sob influência das intensas mudanças historiográficas promovidas pela Escola dos *Annales*, muito embora, os temas ligados a política, mesmo no modelo tradicional, não desapareceram completamente de cena¹⁰.

⁹ FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 61-89.

¹⁰ *Ibid.*, p. 65-66. Quanto a alguns representantes desta escola historiográfica F. Falcon menciona Meinecke e Troeltsch, na Alemanha; Benedetto Croce, na Itália e Collingwood, na Inglaterra – p. 67.

O autor identifica ainda, o período entre o final da segunda guerra mundial e o fim da década de 1960¹¹ como tendo sido marcado intensamente por uma crise mais aguda da história política tradicional, ao passo em que o período posterior teria representado uma gradual e progressiva constituição de uma “nova história política”. É importante, contudo, relativizar neste momento o impacto, fora da França, desse desprestígio completo da “história tradicional”, conforme alerta Falcon. Pelo contrário, no mais das vezes, em muitos países, ela passou a conviver com modelos historiográficos renovados e em outros casos continuou sendo a forma de escrita de história hegemônica até bem pouco tempo¹². Vale salientar que a chamada “nova história francesa”, acentuou ainda mais a distância em relação a “historiografia tradicional”, ao passo que ajudou a reabilitar, por outros caminhos, a história do poder e da política, principalmente através das alianças promovidas com a antropologia¹³. Assim, o retorno da política com outras abordagens (a partir da década de 1970) é resultado de certa reação a história estruturalista característica da segunda geração da Escola dos *Annales* (seja ela de cunho braudeliana ou marxista) estando associada “a redescoberta da importância do agir em oposição à estrutura”¹⁴.

Esta “nova história do poder” começou por redefinir o conceito de política e sua associação com o poder sob influência da antropologia. O resultado direto desta redefinição foi uma ampla inovação temática voltada para entendimento do poder fora das instituições propriamente políticas, num movimento que vinculou o poder político ao cotidiano na análise historiográfica. Assim, a aproximação com a antropologia também fez emergir essa temática ao nível das representações e práticas sociais, com destaque para o problema do simbólico inserido no campo de estudos denominado de cultura política¹⁵.

¹¹ *Ibid.*, p. 71-75. Neste período a “historiografia tradicional” recebeu críticas, dos representantes dos *Annales* e marxistas, por um lado, como também do estruturalismo então em pleno fôlego. Contudo, é importante destacar o desconhecimento por parte destes últimos que acreditavam que toda a história produzida tinha ainda as características do modelo “tradicional” – p. 71-75.

¹² *Ibid.*, p. 70. No Brasil, a historiografia tradicional foi o modelo hegemônico, com algumas exceções, até pelo menos a década de 1970, compartilhando as mesmas características gerais da escola metódica originária da Europa.

¹³ *Ibid.*, p. 75. Quanto a este aspecto é importante fazer menção a redescoberta, por parte dos historiadores desse período, de Max Weber, bem como, a descoberta, um tanto quanto tardia, de Nobert Elias e os impactos dos trabalhos de Michel Foucault sobre o micro-poder e de Pierre Bourdieu, acerca do poder simbólico – p. 71-75 .

¹⁴ BURKE, 1997. *Op. cit.*, p. 103.

¹⁵ *Ibid.*, p. 76. Para os estudos neste campo têm especial importância o conceito de cultura política criado na década de 1960 pelos cientistas políticos G. Almond e Sidney Verba. A utilização deste

Sobre isso é bom lembrar que o uso do conceito de cultura política por parte dos historiadores está intimamente relacionado à hegemonia do “paradigma culturalista”, com sua ênfase nos valores, crenças, normas e representações, conforme explica Rodrigo Patto Sá Motta¹⁶. Trata-se de uma ideia que se contrapõe ao paradigma iluminista no sentido do homem como ator social politicamente racional. Noutra direção, o conceito de cultura política aponta para a compreensão das ações políticas a partir do entendimento dos valores, sentimentos e tradições, ou seja, do político explicado pela cultura. Para nosso estudo, este conceito relaciona-se a necessidade de nossa parte de apreender o conjunto de valores e tradições do universo cultural sertanejo como base para o entendimento dos comportamentos relacionados à prática do mando e de suas relações com as condutas desviantes ou criminosas no sertão colonial.

Quanto à história social – o outro campo histórico de interesse para nosso estudo – destacamos de início a afinidade de nosso trabalho com a história social inglesa devido a seu interesse pelos comportamentos sociais, suas dinâmicas e relações entre grupos. De modo geral, essa escola historiográfica, que teve como um dos seus principais nomes Edward P. Thompson, centrou-se no papel da ação humana na história, bem como no problema da identidade cultural dos grupos sociais. Embora não estejamos exclusivamente preocupados com a identidade sócio-cultural dos grupos subalternos, tal como Thompson, em boa parte de sua produção, nele nos inspiramos na ênfase que este deu aos comportamentos e dinâmicas sociais, bem como no estudo das relações entre os grupos.

3 Considerações finais:

Consideramos importante frisar que apresentamos neste trabalho uma forma de pensar teoricamente o poder político que consideramos mais apropriado ao nosso estudo de doutorado, o qual se direciona para uma história das relações sociais mediada pela prática do poder e de suas relações com os desvios ou atos ilícitos. Trata-se de pensar numa *law in action* em distinção de uma *law in the books*, de saber como as elites que detinham o poder formal e as elites que tinham outras formas de mando, se inter-

conceito remete a combinação da antropologia e da psicologia no estudo do campo político com ênfase em aspectos culturais como as percepções, representações e sentimentos. Muito embora este conceito seja bastante utilizado pelos historiadores que tratam de sociedades de massa, democráticas, não se pode dizer o mesmo em relação a antropologia que faz relativamente pouco uso do conceito.

¹⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009, p. 13-15.

relacionavam no arranjo social vigente. Assim, a escolha dos autores e abordagens relaciona-se, interdisciplinarmente, ao contexto e ao problema com o qual trabalhamos: trata-se assim, de pensar, do ponto de vista do poder político, sobre como a sociedade sertaneja se opôs ao Estado e ao formalismo jurídico, de pensar o sertão como espaço de baixa institucionalidade, de uma normatização alternativa a justiça oficial, enfim, de uma sociedade plural no campo político e jurídico. Contudo, fica manifesto ao longo do texto a aproximação, no campo da teoria, entre história e antropologia, fato que contribuiu decisivamente para a renovação histórica no campo da história do poder político ao qual nos referimos reiteradamente no texto.